

Críticos acham que decreto visa afastar líder indígena

São Paulo — Os adversários do decreto que vai regulamentar o Estatuto do Índio, especialmente o que toca à emancipação de comunidades e indivíduos sob a tutela da Funai, mudaram de argumentos. Inicialmente viam ameaça à permanência das tribos em suas terras; agora, vêm no decreto um passo para suprimir a identidade do índio e um instrumento para sujeitar seus líderes às leis penais, inclusive a Lei de Segurança Nacional.

No ato público realizado no dia 9 deste mês no Teatro Tuca, em São Paulo, o antropólogo Darci Ribeiro, o sertanista Orlando Villas Boas e o presidente do Conselho Indigenista Missionário, D Tomás Balduino, insistiram no risco de desaparecimento dos indígenas e na necessidade de tomada de consciência pelo próprio índio, sintetizada na intervenção do pareci Daniel: "Esta emancipação será feita por nós mesmos".

Darci Ribeiro

Depois de acusar o Ministro Rangel Reis de ser "um tutor infiel" por pretender com seu decreto "Arrancar as últimas terras do índio", o ex-Chefe da Casa Civil do Governo João Goulart e ex-Reitor da UnB, antropólogo Darci Ribeiro mudou sua opinião sobre a proposta oficial de emancipação do índio:

Num primeiro momento, dada a versão inicial do projeto, a conclusão inevitável era de que se tratava de uma operação de cobiça, uma outra tentativa de espoliar do índio as poucas terras com que contava, para entregá-las à cobiça de novos latifundiários para fazerem novos latifúndios.

Meditai muito sobre isso, encontrei vinculações dos interesses ministeriais com a terra e lancei a acusação. Entretanto, desde então, a proposta oficial mudou. Dada a pressão da opinião pública nacional e internacional, o Governo recuou. Não fala agora tão desavergonhadamente em tomar dos índios suas terras e afirma sua intenção de preservar a propriedade dos índios, mesmo depois que eles deixarem de ser oficialmente índios, como se fosse possível acreditar nisso.

Dizem que o propósito não é este, e pode ser mesmo que não seja, pois a terra do índio é uma quantidade tão minúscula que pode-se assegurar que não faz falta. O que os índios todos necessitam é muito menos do que qualquer dois ou três Ludwig têm. Se não é por isso, porque esta sanha de emancipar por emancipar, de retirar a menor condição de sobrevivência do nosso índio? A tutela que dá ao índio é a mesma que se dá à mulher grávida, durante a gravidez. Emancipar o índio da tutela é a mesma coisa que emancipar a mulher grávida da gravidez.

As vezes eu penso que existe gente tão bruta, tão ignara, que na sua ignorância tem vergonha que este país seja tropical, que tenha cobras, negro e talvez esta gente tenha vergonha que o país tenha índios. E, com isso, esteja com esta gana de, a toque de caixa, em ordem unida, obrigar os índios a assimilar.

Se aquele crime da primeira versão era de tutela infiel, o crime

agora, de quem quer tirar o índio de sua comunidade, forçá-lo, através de uma falsa emancipação, a não ser mais ele, é um crime mais grave. É crime de lesa-humanidade e se chama genocídio e etnocídio.

Este crime será praticado, quebrando nas comunidades o seu espírito, tirando as suas lideranças, a única coisa que pode salvar a comunidade indígena de uma Funai que não garanta os índios, que tem funcionários que roubam os índios; que é conivente com quem explora os índios. Se esta Funai, cheia de defeitos, já representa uma ameaça, uma nova Funai, armada do poder de decretar que tribos não existem, de cassar a qualidade de índio de uma pessoa qualquer, através de um funcionário burocrático, vai acabar com o índio. O índio já está tomando consciência de que somente ele, lúcido, alfabetizado, capaz, pode se emancipar defendendo-se e argumentando com os burocratas.

Os índios de outros países, como os Escocotes Unidos, já estão se recuperando, e no Brasil, em algumas tribos, a população está aumentando. Acontecerá um processo simultâneo de recuperação e de deculturação e perda de cultura que vai fazer com que o índio pareça menos bizarro, menos diferente e estranho, parecendo cada vez mais conosco, mas guardando sua identificação e característica fundamental de índio".

Villas Boas

O sertanista Orlando Villas Boas tem a seguinte opinião sobre a emancipação do índio: "A afirmação daqueles que estão enfrenhados no problema do índio é de que nenhuma só nação indígena está em condições de ser emancipada. Mas tal afirmação não contentou aos nossos altos escalões.

De qualquer maneira, nós tememos pelo pior: jogar estas criaturas de uma cultura, dentro de outra cultura, completamente diferenciada. Nesta caminhada e na perda da sua identidade como povo, eles desaparecerão. E eu pergunto: emancipá-los para quê, e emancipá-los por quê?

O decreto anterior, que não recebeu aprovação, estabelecia que o índio, mesmo depois de emancipado, manteria vínculo com sua terra por algum tempo. Isso não seria solução nenhuma, porque decorrido determinado tempo, os índios viriam engrossar as fileiras dos sem-terra neste país. O que precisamos é de uma reformulação total dos estatutos do índio, uma reformulação que olhasse mais atentamente para a conceituação de tutela e que desse ao índio uma situação de direito, para que ele não viva assim como se estivesse em comodato com o Estado, Estado que quando precisa de terra, simplesmente remove o índio, sem atentar que lá era o local de origem do índio, seu mundo histórico, a terra de seus antepassados.

No final disso tudo, teremos apenas duas alternativas. A primeira é, se o decreto vir à ser assinado, mover uma ação popular, mesmo não sabendo exatamente quais poderiam ser os resultados. A outra não é a contento e significa deixar

para o julgamento da História, que marcará para sempre aqueles que hoje estão dando o primeiro passo no sentido do completo desaparecimento do índio brasileiro".

Assim pensa o presidente do Conselho Indigenista Missionário e Bispo de Golás Velho, D Tomás Balduino: "Acho que quando é convocado o Conselho de Segurança Nacional para apresentar propostas de mudanças no Estatuto do Índio é sinal de que algo de muito grave está passando pela cabeça dos chamados donos do poder. Observando os conflitos por terra, conflitos de Justiça, de luta e de sobrevivência dos índios de Norte a Sul, vemos que eles estão querendo resolvê-los pelo abafamento, não indo à raiz dos males, não procurando ir ao fundo da questão, preferindo degolar as lideranças indígenas.

Com esta emancipação o índio estará colocado na mira da Lei de Segurança Nacional e isto tem fundamento pelo que foi declarado nas entrelinhas e mesmo explicitamente pelas entrevistas dos indígenas.

Acredito que a questão da exploração da terra seja importante. Mas em comparação com a primeira minuta, houve um recuo. O Ministro passou a declarar que as comunidades serão mantidas e poderão ser emancipadas daqui a 40, 50 anos. Visa-se claramente então com este decreto fazer uma inversão. Emancipar o índio por vontade do órgão, pelo Governo, quando pelo Estatuto do Índio a iniciativa caberia ao indivíduo. E o objetivo disso é alcançar e atrair o índio para um mundo que ele não conhece mas não gosta. E' atraí-lo para o obscuro, para o desconhecido, e quem sabe, para as celas da repressão, pois uma vez emancipado, o indivíduo não é mais inimpunível e estará sujeito às leis e principalmente às leis que sobram para os marginalizados que são as leis penais.

Com isso, as comunidades indígenas poderão ser duramente atingidas de agora em diante, e com golpes de morte, se esta emancipação alcançar seus líderes, que certamente já estão elencados nos órgãos de repressão. Sem aparentemente tocar na emancipação de comunidades, a legislação vai acabar matando-as, pois é possível imaginar o resultado da emancipação de alguém que é um líder, esperança de seu grupo e, de repente, emancipado; é afastado, por meses, anos, talvez sem jamais voltar.

E' isso que eu temo, e tenho sérios motivos para temer, porque não tenho visto sinais de amor por estes grupos indígenas partindo do poder. E' um divórcio não só com o povo em geral, mas com estas populações marginalizadas, minorias étnicas, nossos irmãos. Além do mais, este Governo que se propõe a emancipar o índio não tem autoridade moral para fazê-lo, porque se emancipação significa crescimento, a Funai sempre impediu o crescimento do índio, sua autodeterminação. Houve intromissão do Governo nos grupos tribais, houve imposição de lideranças, criação de polícia indígena, houve repressão à conscientização destes índios por missionários e antropólogos, ao passo que o caminho estava aberto a todo tipo de prostituidor, de vendedor de cachaça e regatão.